

Ecologistas rompem silêncio e criticam governo

Dida Sampaio/AE-15/ 5/ 2000

Texto de ONG
representada
em ministério marca
fim de 'lua-de-mel'

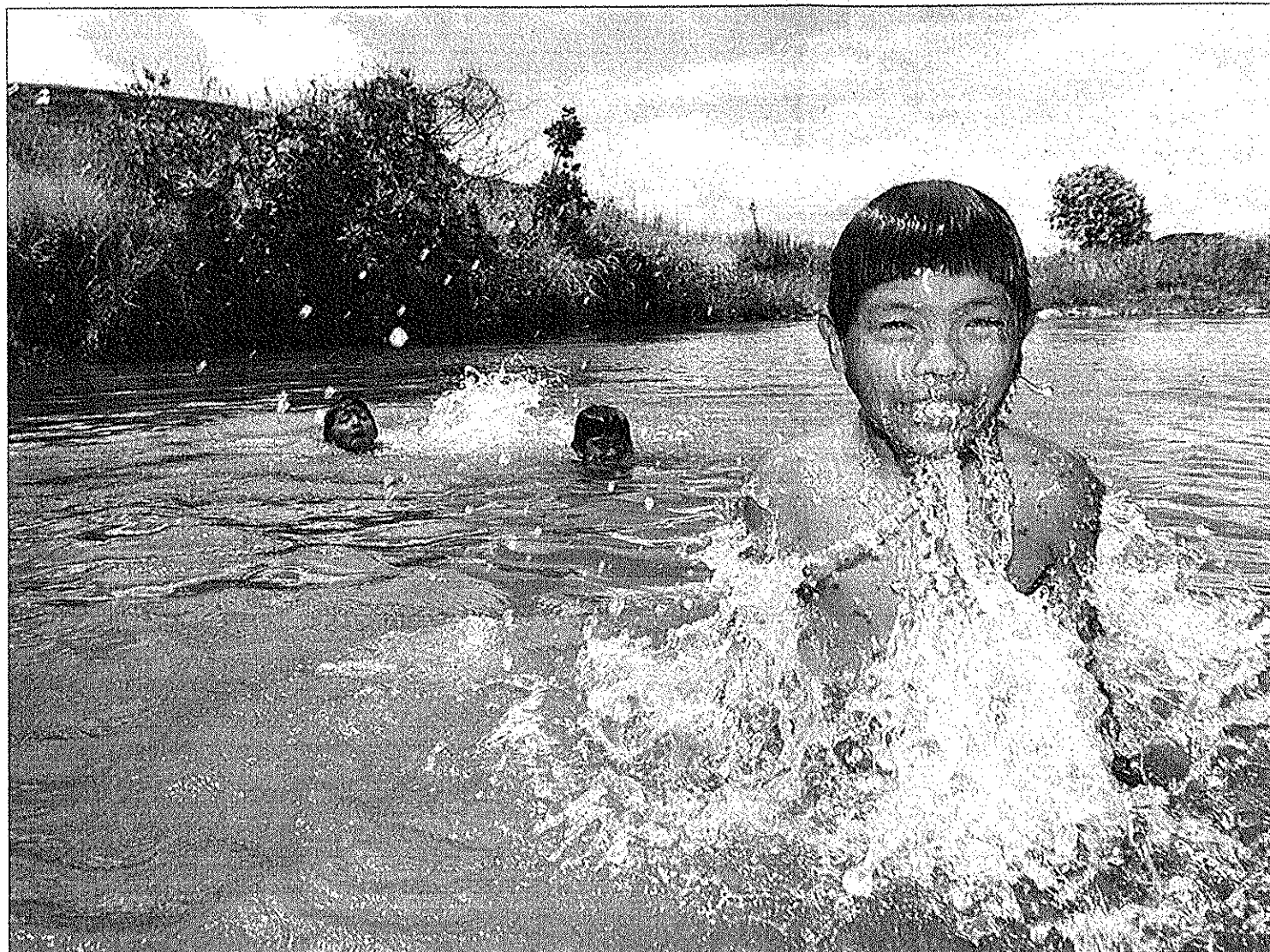
MAURA CAMPANILI

Acabou a "lua-de-mel" dos ambientalistas com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Uma das mais importantes organizações não-governamentais (ONGs) do setor, o Instituto Socioambiental (ISA), acaba de divulgar um balanço sobre os primeiros 200 dias da gestão Lula no qual avalia que a questão ambiental tem perdido espaço no Executivo diante da pressão pela retomada do crescimento.

O objetivo do balanço foi verificar até que ponto o governo incorporou uma das palavras de ordem dos ambientalistas, a "transversalidade" – conceito pelo qual a defesa ambiental tem de estar presente em todas as ações oficiais, e não limitada a uma pasta. Ao menos simbolicamente, defensores dessa corrente chegaram ao poder com a nomeação da ministra Marina Silva e do principal representante do ISA, João Paulo Capobianco, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

"O resultado mostra que há anos-luz pela frente até que se possa chegar ao tratamento transversal das questões de meio ambiente", diz Márcio Santilli, coordenador do programa Política e Direito Socioambiental do ISA. "A resposta não compete só ao MMA, mas tem a ver também com reforma agrária, fundos de desenvolvimento regional, transportes e infra-estrutura em geral."

Elaborado pelo ISA com a colaboração de entidades como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), o documento foi divulgado no site da ONG (www.socioambiental.org) no fim da tarde de sexta-feira. O texto assinala que os resultados negativos em termos de performance da economia e do emprego têm "levado o governo ao desespero". "A expressão espetáculo do crescimento é uma apologia retórica que tem dispensado qualificativos como socialmente justo ou ambientalmente responsável, num País que já conhece historicamente o passivo socioambiental gerado por concepções de crescimento econômico a qual-



Índios macuxi nadam no Rio Saraman, na Reserva Raposa/Serra do Sol: demora na homologação de demarcação frustra ambientalistas

quer preço", disse Santilli.

Infra-estrutura – Segundo o coordenador do ISA, o que mais tem preocupado é a maneira como o governo vem anunciando grandes obras de infra-estrutura em locais sensíveis sem mencionar eventuais problemas ambientais. "O asfaltamento da Cuiabá-Santarém (BR-163), por exemplo, é apontado como fundamental para escoar a produção de soja. Mas ninguém fala do desmatamento no entorno da rodovia, que já foi foco da exploração madeireira e representa uma das principais rotas de migração de produtores de soja." O documento destaca que o decreto que criou o Grupo de Trabalho Interministerial para conter o desmatamento na Amazônia, publicado em 3 de julho, foi reeditado quatro dias depois excluindo a zona especial de gestão na área de influência da BR-163.

O documento destaca ainda o caso da liberação da safra de soja 2003, parte dela plantada com sementes transgênicas, definido pelo Idec como um grave ataque à Justiça, ao Código de Defesa do Consumidor e à lei ambiental. Para o ISA, no episódio Marina esbarrou pela primeira vez nas contradições do governo quanto ao modelo de desenvolvimento do País.

Em relação às terras indígenas, o ISA considera que ainda estão represadas as expectativas criadas com a eleição de Lula. "Hesitações, encaminhamentos equivocados e negociações com setores anti-indígenas combinaram-se com cautela político-administrativa e homologações, pingadas, de Terras Indígenas (TIs)." O ISA admite que, comparando o início deste mandato aos que vieram antes, o número (24) e a extensão das homologações (mais de 1,1 milhão de hectares) configuram um recorde. "Porém, continua sem resolução a principal pendência demarcatória herdada da gestão Fernando Henrique Cardoso: o caso da TI Raposa/Serra do Sol, com mais de 1,6 milhão de hectares, em Roraima". Procurado, o MMA não se pronunciou sobre o assunto. (Colaborou Henrique Maia)

PONTOS DO DOCUMENTO

■ É preocupante a maneira pela qual o governo vem anunciando grandes obras de infra-estrutura em locais sensíveis como a Amazônia sem considerar problemas socioambientais

■ A liberação da safra de soja transgênica foi um grave ataque à Justiça, ao Código de Defesa do Consumidor e à legislação ambiental

■ A política energética preocupa, pois há uma tendência a tocar megaprojetos como a construção de hidrelétricas na Amazônia ou a Usina Nuclear Angra 3, em vez de investir em fontes renováveis de energia, em especial a eólica e a solar

■ Pouco se efetivou no que diz respeito à política indígena

■ Até agora não se sabe a quem compete o tratamento de determinados temas, como o desmatamento na Amazônia ou as mudanças climáticas globais

■ A equipe do novo governo perdeu a oportunidade de reformar a estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Segundo o documento, essa estrutura, "como a de outros ministérios, é esquizofrênica, contemplando sobreposições de competências entre secretarias"

■ Além disso, o ministério não dispõe de programas estruturados que deem conta dos vários biomas e frentes de atuação da política ambiental

